



Organizador
Murilo Jacoby Fernandes

LEI DAS ESTATAIS
ESTATUTO JURÍDICO
Empresas Públicas, Sociedades
de Economia Mista e Subsidiárias

Área específica
Direito Administrativo.

Áreas afins
Direito Administrativo, Direito Constitucional.

Público-alvo/consumidores
Gestores de empresas públicas, sociedades de economia
mista e suas subsidiárias.

Murilo Jacoby Fernandes

É advogado, consultor, professor de Direito Administrativo e Diretor Presidente do Instituto Protege Escola Brasil. Foi servidor público federal concursado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, onde exerceu as funções de Pregoeiro, Membro de Comissão Permanente de Licitação, Chefe do Setor de Editais, Adjunto do Diretor de Material e Patrimônio, responsável pelas contratações diretas. Tem experiência na área de Direito Administrativo, atuando principalmente na elaboração de regulamentos de licitação e contratos e no acompanhamento de processos licitatórios.

FORMATO: 10 X 13,5 cm
CÓDIGO: 10001464

L525 Lei das Estatais: estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias / Murilo Jacoby Fernandes (Org.).– Belo Horizonte : Fórum, 2018.

303 p.; 10 cm x 13 cm
Coleção Jacoby de Direito Público, v. 16
ISBN 978-85-7700-070-8 (Coleção)

ISBN: 978-85-450-0563-6

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. I. Jacoby Fernandes, Murilo.
III. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JACOBY FERNANDES, Murilo (Org.). Lei das Estatais: estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 303 p. Coleção Jacoby de Direito Público, v. 16. ISBN 978-85-450-0563-6

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 (PARCIAL).	9
LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	13
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	89
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 (PARCIAL) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	139
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	143
DECRETO Nº 3.555, DE 08 DE AGOSTO DE 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.	151
Anexo I - Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão	152
Anexo II - (Revogado pelo Decreto nº 7.174, de 2010)	165
DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	167
RESOLUÇÃO CGPAR Nº 21, DE 18 DE JANEIRO DE 2018 [Nomeação, destituição e exoneração]	187
RESOLUÇÃO CGPAR Nº 22, DE 18 DE JANEIRO DE 2018 - Estabelece diretrizes e parâmetros mínimos de governança para as empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão	191

RESOLUÇÃO CGPAR Nº 23, DE 18 DE JANEIRO DE 2018 - Estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados	199
CIRCULAR/SUSEP Nº 553, DE 23 DE MAIO DE 2017 - Estabelece diretrizes gerais aplicáveis aos seguros de responsabilidade civil de diretores e administradores de pessoas jurídicas (seguro de RC D & O), e dá outras providências.	207
ÍNDICE DE ASSUNTOS	227
NOTA DO AUTOR	299